

## Quando o papel “fala”: o impacto da interferência do adulto na sondagem diagnóstica em conflito com o direito de escrita da criança no processo de alfabetização inicial

Julia Silveira Santos<sup>1</sup>

Roseli Aparecida de Andrade Moreira de Matos<sup>2</sup>

### Resumo

O presente estudo, desenvolvido no curso de Pedagogia da UNISA, tem como objetivo compreender de que maneira a interferência do adulto e o uso excessivo de recursos visuais durante a sondagem diagnóstica podem comprometer a identificação da hipótese de escrita da criança e, conseqüentemente, sua compreensão do sistema de escrita alfabético (SEA). Essa influência repercute diretamente no planejamento e nas metodologias adotadas pelo professor, que depende do diagnóstico para orientar suas intervenções. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, fundamentada em estudos bibliográficos e na análise de um caso prático. O referencial teórico apoia-se em autoras fundamentais da área da alfabetização, letramento e avaliação, como Ferreira, Teberosky, Soares e Weisz, além de documentos orientadores, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Documento Orientador para Sondagem de Língua Portuguesa, da Prefeitura de São Paulo. Os resultados evidenciam a importância de o professor conduzir a sondagem diagnóstica com sensibilidade e consciência pedagógica, evitando interferências que distorcem o processo de aprendizagem. Conclui-se que uma prática alfabetizadora fundamentada teoricamente e comprometida com o respeito ao direito de escrita da criança é essencial para promover uma alfabetização mais significativa e de qualidade nas escolas brasileiras.

**Palavras chaves:** Alfabetização; sondagem diagnóstica; Interferência; Escrita infantil.

### Introdução

O processo de alfabetização e letramento envolve metodologias e estratégias que contribuem para o desenvolvimento da leitura, da escrita e da oralidade das crianças. Inicialmente, os docentes realizam sondagens diagnósticas, que garantem um diagnóstico mais preciso da hipótese de escrita no processo de alfabetização inicial, indicando a necessidade de intervenções pedagógicas mais assertivas.

---

<sup>1</sup> Universidade Santo Amaro

<sup>2</sup> Professora, Universidade Santo Amaro

À medida que a alfabetização inicial se torna um processo fundamental na vida das crianças no contexto escolar, a sondagem diagnóstica também se torna uma ferramenta privilegiada para o professor compreender como seu estudante pensa a respeito do sistema de escrita. Instrumento crucial para determinar em qual hipótese de escrita a criança se encontra, a sondagem norteia o processo e por isso, não pode ter fins classificatórios. Porém, a maneira de aplicá-la pode interferir na precisão dos resultados, especialmente quando o envolvimento do adulto é excessivo e, por sua vez, impactará nas escolhas das metodologias e propostas para o avanço da hipótese de escrita.

Nesse sentido, é de referir que a alfabetização inicial envolve o ato de alfabetizar e o ato de letrar. Por conseguinte, embora alfabetizar e letrar sejam conceitos diferentes, não podem ser dissociados um do outro, uma vez que a alfabetização envolve garantir o domínio de um sistema de escrita e leitura, enquanto o letramento envolve propiciar a criança o envolvimento em práticas sociais de uso da linguagem, tornando o processo de ensino e aprendizagem do sistema de escrita significativo. Soares (2020), a esse respeito, observa que “a alfabetização é um ato político e social, pois significa garantir ao indivíduo o direito de participar das práticas de leitura e escrita que circulam na sociedade” e ainda menciona que o letramento é uma “[...] consequência da necessidade de destacar e claramente configurar, nomeando-os, comportamentos e práticas de uso do sistema de escrita, em situações sociais em que a leitura e/ou a escrita estejam envolvidas”.

Em consonância com tais questões, o presente estudo intitulado “Quando o papel “fala”: o impacto da interferência do adulto na sondagem diagnóstica em conflito com o direito de escrita da criança no processo de alfabetização inicial”, visa refletir e destacar a importância do direito das crianças sobre a escrita com proficiência. Mais do que isso, busca evidenciar o quanto a interferência do adulto durante a sondagem diagnóstica e o excesso de recursos visuais impactam na identificação da hipótese de escrita e por sua vez, nas escolhas que serão tomadas pelo docente para contribuir para o avanço da hipótese. Compreende-se, então, que um erro na constatação da hipótese de escrita resultará, inevitavelmente, em práticas pedagógicas inadequadas.

Por fim, este artigo abordará os conceitos de alfabetização e letramento, à luz da literatura e buscará compreender o papel do docente na aplicação da sondagem diagnóstica. Para corroborar com a proposta, analisará três sondagens feitas pela mesma criança, de 5 anos de idade, realizadas com e sem interferência de terceiros, a fim de identificar e discutir os impactos dessas variações no resultado e na identificação da hipótese de escrita.

## **Metodologia**

O presente estudo apresenta uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e interpretativo, fundamentando-se em pesquisas bibliográficas e em um estudo de caso único. Seu objetivo é compreender de que maneira os recursos visuais nas sondagens diagnósticas, assim como a interferência demasiada dos adultos durante a sua aplicação, podem impactar na identificação da hipótese de escrita, influenciando de forma direta o processo de alfabetização inicial.

A revisão bibliográfica foi conduzida com base em obras de autoras reconhecidas nas áreas de alfabetização, letramento, educação e linguística, como Magda Soares, Emilia Ferreiro e Ana Teberosky, além de documentos oficiais que orientam o processo avaliativo no ciclo de alfabetização.

Nesse contexto, destaca-se o Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (Renabe), que contempla resultados e reflexões sobre as práticas de leitura e escrita das crianças nos primeiros anos escolares, sintetizando as principais descobertas científicas sobre como as crianças aprendem a ler e escrever. A partir deste relatório, pode-se afirmar que as avaliações diagnósticas são essenciais para intervenções pedagógicas adequadas. A contribuição do Renabe para esta pesquisa complementou-se com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao oferecer parâmetros da taxa de alfabetização no Brasil que evidenciam a pertinência do atual estudo.

Além disso, a análise desenvolvida fundamenta-se em documentos nacionais, buscando compreender as expectativas de aprendizagens das crianças através da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para compreender as propostas públicas no contexto educacional brasileiro, a pesquisa respalda-se no Plano Nacional de Educação (PNE), documento que estabelece metas e estratégias para melhorar a qualidade da educação, garantir o acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes, além de promover a valorização dos profissionais da educação e a gestão democrática das escolas.

Diante do exposto, compreende-se que o diálogo entre a literatura e os documentos nacionais possibilitaram uma análise mais precisa sobre o impacto da interferência dos adultos nas sondagens diagnósticas e que tal posicionamento, consciente ou não, nega o direito de escrita da criança.

Os registros foram analisados com base nos critérios propostos por Ferreiro e Teberosky (1999), observando-se aspectos como o repertório de letras utilizadas, a correspondência sonora entre fala e escrita, a autonomia na produção e a presença de interferências externas.

Essa metodologia permitiu comparar os resultados obtidos nas diferentes condições de aplicação, evidenciando o impacto da interferência adulta na fidedignidade da avaliação e na identificação da hipótese de escrita da criança. O estudo respeitou os princípios éticos da pesquisa educacional, garantindo o anonimato da participante e o uso exclusivo dos dados para fins acadêmicos.

## Desenvolvimento

A alfabetização e o letramento no Brasil são temas intrinsecamente sociais, que impactam nos contextos econômicos, culturais e educacionais do país, tornando-se um assunto que ocupa o centro do debate educacional brasileiro. A desafiadora missão de garantir que a leitura e escrita sejam direitos garantidos por intermédio da educação escolar, já é prevista em documentos nacionais, como o Plano Nacional da Educação (PNE), na qual uma de suas metas, é alcançar 80% de

crianças alfabetizadas até 2030 e alcança 100% até o final do último plano (2023) (BRASIL, 2014). A pesquisa reafirma a urgência de práticas avaliativas éticas e respeitosas no contexto escolar brasileiro

Esse futuro cenário pode ser considerado otimista ao ser comparado com os dados antigos e atuais. Por exemplo, no Censo brasileiro, pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1940, foi registrado que menos da metade da população sabia ler e escrever (44,0%) (IBGE, 2022). Décadas depois, a realidade ainda é alarmante: em 2024, o IBGE reportou uma taxa de analfabetismo de apenas 5,3% entre pessoas com 15 anos ou mais. No Ensino Fundamental, 59,2% das crianças da rede pública foram alfabetizadas até o fim do 2º ano, ficando abaixo da meta estabelecida pelo Ministério da Educação.

No entanto, para além da dimensão quantitativa dos dados referente a alfabetização, compreende-se que as metodologias que norteiam o ensinar passaram por diversas mudanças no campo teórico científico. Nesse sentido, Soares (2020) ressalta que “(...) a aprendizagem da língua escrita tem sido objeto de pesquisa e estudo de várias ciências nas últimas décadas, cada uma delas privilegiando uma das facetas dessa aprendizagem”. Diante de diversas mudanças metodológicas que norteiam o processo de ensino e aprendizagem, se esvaiu, nas práticas pedagógicas, a preocupação com a qualidade de alfabetização.

É nesse contexto educacional que determinados documentos norteadores, buscaram sintetizar a expectativa de aprendizagem dos estudantes, norteando também, a prática pedagógica dos professores. No entanto, equívocos conceituais podem ser visualizados, como na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que compreende a alfabetização como a mera decodificação de códigos, ao afirmar que este processo visa “conhecer a ‘mecânica’ ou o funcionamento da escrita alfabética para ler e escrever significa, principalmente, perceber as relações bastante complexas que se estabelecem entre os sons da fala (fonemas) e as letras da escrita (grafemas), o que envolve consciência fonológica da linguagem: perceber seus sons, como se separam e se juntam em novas palavras etc.” (Brasil, 2017, p. 88). Notoriamente, tal abordagem desconsidera a importância do letramento, que amplia o processo de alfabetização ao oportunizar às crianças práticas sociais em que a leitura e escrita estão presentes.

No que tange a articulação entre a alfabetização e o letramento, Magda Soares (2020), ao abordar a aprendizagem do sistema de escrita em sua obra *Alfaletrar - Toda Criança Pode Aprender a Ler e Escrever*, afirma que a

“Alfabetização e letramento são processos cognitivos e linguísticos distintos, portanto, a aprendizagem e o ensino de um e de outro são de natureza essencialmente diferente, entretanto, as ciências em que se baseiam esses processos e a pedagogia por elas sugeridas evidenciam que são processos simultâneos e interdependentes. A alfabetização – a aquisição da tecnologia da escrita – não precede nem é pré-requisito para o letramento, ao contrário, a criança aprende a ler e escrever envolvendo-se em atividades de letramento, isto é, de leitura e produção de textos reais, de práticas sociais de leitura e de escrita” (Soares, 2020, p. 27).

Assim, a leitura e a escrita são entendidas como atos sociais intrínsecos à convivência hu-

mana. Em uma sociedade grafocêntrica, a habilidade de ler e escrever é essencial para que as pessoas se comuniquem de formas diversas e atribuam significado ao mundo ao seu redor. Tais habilidades transcendem o aprendizado escolar e configuram-se como atividades que ampliam o acesso à informação, promovem a participação em questões sociais e propiciam aos estudantes que exerçam a cidadania, permitindo um papel ativo na sociedade.

Sob essa perspectiva, a avaliação diagnóstica é um dos aspectos que engloba a alfabetização inicial e contribui para que esse processo seja amparado por decisões pedagógicas fundamentadas e assertivas. Ela é realizada preferencialmente no início de cada período acadêmico (mensal ou bimestral) e possui caráter processual, centrada no estudante. Nesse sentido, a avaliação diagnóstica afasta-se de meros elementos somativos, como ocorre em avaliações tradicionais, que não promovem o desenvolvimento da aprendizagem. Para tanto, contra esse método de avaliação, Luckesi diz:

A avaliação da aprendizagem necessita, para cumprir o seu verdadeiro significado, assumir a função de subsidiar a construção da aprendizagem bem-sucedida. A condição necessária para que isso aconteça é de que a avaliação deixe de ser utilizada como um recurso de autoridade, que decide sobre o destino dos educandos, e assuma o papel de auxiliar o crescimento. (Luckesi, 2005, p. 166).

Portanto, a sondagem diagnóstica possui caráter formativo e contribui para que o professor reavalie suas práticas e intervenções. Num contexto mais amplo, o resultado das sondagens diagnósticas não interferem somente na atuação do docente. De modo equivocado, profissionais da área da educação podem compreender os resultados apenas como números, ou seja, como um mero mecanismo classificatório. Os dados, por sua vez, passam por diversos atores do processo, mas sem que haja preocupação em como mudar o cenário.

Essas preocupações são abordadas por Telma Weisz (2000), que enfatiza a necessidade do professor se aproximar do processo de escrita da criança, considerando não apenas o resultado final, mas também o que a criança pensa e faz ao escrever. Uma avaliação diagnóstica sensível e reflexiva, portanto, leva a uma compreensão qualificada do desenvolvimento, possibilita um planejamento flexível e, mais importante, gera dados significativos sobre os níveis de alfabetização.

Devido aos impactos significativos que as sondagens possuem nas decisões metodológicas do professor, o texto produzido pelas crianças se torna ainda mais relevante. Para isso, o educador deve fundamentar-se na psicogênese da língua escrita, reconhecendo a importância da criança construir ativamente o conhecimento acerca da escrita, compreendendo a lógica de funcionamento do SEA e dos usos sociais a que cada texto se destina.

Nesse sentido, é essencial que as crianças tenham direito à escrita, e que o docente valorize suas produções iniciais, como enfatiza Emilia Ferreiro:

No caso da língua escrita o comportamento da comunidade escolar é marcadamente oposto. Quando a criança faz suas primeiras tentativas para escrever é desqualificada de imediato porque “faz garatujas”. Desde as primeiras escritas o traçado deve ser correto e a ortografia convencional. Ninguém tenta compreender o que a criança quis escrever, porque se supõe que não possa escrever nada até ter recebido a instrução formal pertinente (na reali-

dade: é melhor que não escreva até não saber grafar de modo conveniente). Ninguém tenta retraduzir o que a criança escreveu, porque lhe nega o direito de aproximar-se da escrita por um caminho diferente do indicado pelo método escolhido pelo professor (Ferreiro, 2011, p. 30-31).

O professor, portanto, não pode pautar sua atuação apenas pela boa vontade ou intuição (Weisz, 2000). É fundamental compreender a lógica da criança, além de possuir clareza teórica e consciência pedagógica, para agir com competência, diante de tamanho desafio.

À vista disso, as hipóteses de escrita são conceitos essenciais para uma abordagem de qualidade dos processos relacionados à alfabetização inicial e é crucial entender sua caracterização e identificação. Por conseguinte, as reflexões a seguir são inspiradas nas obras de Ana Teberosky e Emilia Ferreiro (1999).

As hipóteses de escrita das crianças podem ser analisadas por meio de sondagens diagnósticas. Durante a fase pré-silábica, é comum que as crianças realizem garatujas como uma tentativa de escrever como os adultos. Nesse estágio, elas ainda não compreendem que a escrita é uma representação gráfica da fala. Em alguns casos, a criança pode até acreditar que a natureza física do que é ditado se reflete no tamanho da escrita ou no número de letras utilizadas para representá-lo. Nesse momento, as letras e seus significados ainda não fazem parte do universo imagético da criança.

De maneira semelhante ao que sugerem Ferreiro e Teberosky (1999, p. 193), complementa-se que:

“No que diz respeito à interpretação da escrita, está claro que, neste nível, a intenção subjetiva do leitor conta mais que as diferenças objetivas no resultado: todas as escritas se assemelham muito entre si, o que não impede que a criança as considere como diferentes, visto que a intenção que presidiu a sua realização era diferente (se quis escrever uma palavra num caso, e outra palavra no outro caso). Com essas características, torna-se claro que a escrita não pode funcionar como veículo de transmissão de informação: cada um pode interpretar sua própria escrita; porém, não a dos outros.”

Na fase silábica sem valor sonoro, a criança, tanto na leitura quanto na escrita, não reconhece os fonemas. Neste nível, observa-se que as crianças tendem a aceitar a escrita como uma forma de representação da fala e demonstram interesse por medidas quantitativas, reconhecendo a quantidade de sílabas das palavras. Assim como na etapa pré-silábica, é comum que a criança produza pseudo-letras. É importante notar que, nesta fase, as letras não são utilizadas para representar os fonemas. Sob essa perspectiva, a criança já sabe o que a língua representa, mas ainda não descobriu como.

As escritas podem ser unigráficas, apresentando ausência de variação intrafigural e interfigural, podendo ser apenas intrafigural ou apenas interfigural. Assim, a transição qualitativa de uma hipótese para outra implica a superação do estágio de correspondência entre as linguagens escrita e oral em um nível global. A criança passa a reconhecer partes correspondentes dos textos (cada letra) como relacionadas a segmentos pronunciáveis. Nesse processo, a criança desenvolve uma compreensão de que a escrita representa segmentos sonoros da linguagem (Ferreiro, Tebe-

rosky, 1999).

Durante a fase silábica com valor sonoro convencional, a criança se preocupa tanto com critérios quantitativos quanto qualitativos que estabelecem a relação entre a grafia e o fonema. Assim, ela começa a compreender sons em sílabas como segmentos da palavra que precisam ser escritos, acreditando que podem ser representados graficamente por uma única letra. A ausência de repertório durante a escrita pode levar a substituições, onde letras são utilizadas sem correspondência com o som, apenas para preencher graficamente o espaço das palavras e manter a estrutura da escrita de acordo com seu conhecimento. Por exemplo, ao tentar escrever "cavalo", uma criança pode escrever "CVK", representando parcialmente os sons produzidos e demonstrando correspondência entre fala e escrita, mesmo que utilize uma letra (K) que não corresponde exatamente ao som que reconhece.

Este é um desenvolvimento significativo, pois, nesse estágio, a criança começa a perceber que o sistema de escrita representa a fala. Quanto aos silábico-alfabéticos, as crianças se encontram em uma fase de transição. Ao tentar adicionar letras, aplicam ambos os critérios em uma mesma palavra, de forma mais evidente em um contexto silábico ou alfabético (Colello, 1995).

Esse período de transição é um marco importante no desenvolvimento da escrita, pois indica que a criança começa a entender a necessidade de decodificar todos os aspectos da fala. Contudo, ainda apresenta traços de pensamento silábico com valor sonoro convencional, oscilando entre as fases de escrita.

O estágio final das hipóteses de escrita que leva ao desfecho da alfabetização inicial, é a hipótese alfabética. Neste nível, a criança demonstra uma conscientização do princípio alfabético ao começar a captar sílabas como fonemas, compreendendo a relação entre grafemas e fonemas. É fácil perder de vista os traços orais na escrita alfabética. Nesse estágio, pode ocorrer a hipossegmentação ou a hipersegmentação, fenômenos frequentemente observados na fase de consolidação da produção escrita.

A hipossegmentação ocorre quando não se separa corretamente as palavras, unindo duas ou mais unidades em uma só (por exemplo, "mechama" em vez de "me chama"). O oposto, é a hipersegmentação, onde a criança tenta dividir uma única palavra em partes que deveriam permanecer juntas (como em "a mor" em vez de "amor"). Esses fenômenos indicam que, embora o domínio do SEA esteja se estabelecendo, o conhecimento sobre as convenções gráficas da linguagem ainda não está completamente consolidado no sistema de escrita. Portanto, a criança ainda não demonstra, necessariamente, preocupações ortográficas.

Decerto, é fundamental que o professor esteja ciente das hipóteses de escrita, pois elas devem ser interpretadas corretamente para que intervenções sejam feitas de acordo com as necessidades de cada criança. Ao compreender que cada uma dessas fases é uma progressão em direção à formação da linguagem escrita, os educadores devem, por sua vez, respeitar a produção escrita, evitando interferências excessivas que possam prejudicar o diagnóstico. Nesse sentido, é necessário questionar os critérios utilizados nos levantamentos diagnósticos, pois sua eficácia dependerá de uma abordagem e avaliação adequadas que coloquem a escrita das crianças em destaque.

Os critérios para a aplicação das sondagens diagnósticas a serem apresentadas a seguir, baseiam-se no documento de referência elaborado pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, o Documento Orientador para Sondagem de Língua Portuguesa, destinado ao Ciclo de Alfabetização dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (SMESP, 2018).

A avaliação diagnóstica de Língua Portuguesa aplicada no Ciclo de Alfabetização tem como objetivo analisar os processos de leitura e escrita dos alunos, considerados indispensáveis à alfabetização. Nessa etapa, as crianças estão em processo de aquisição do Sistema de Escrita Alfabética (SEA). A sondagem propõe o ditado de uma lista composta por palavras que pertencem à mesma categoria semântica. Recomenda-se que o professor dite, na sequência, uma palavra polisílaba, uma trissílaba, uma dissílaba e uma monossílaba. Ao final, deve-se ditar uma frase que contenha ao menos uma das palavras da lista, de modo a verificar a estabilidade da hipótese de escrita da criança. É importante que as palavras escolhidas apresentem variedade de letras e estruturas silábicas.

Durante a atividade, o professor deve solicitar que a criança leia o que escreveu após cada registro, a fim de identificar possíveis correspondências entre leitura e escrita e observar como ela compreende o funcionamento do SEA. A sondagem deve ser aplicada individualmente, sem o uso de fontes escritas que possam interferir na autoria da criança. Conforme indicado no documento de referência da SMESP (2018, p. 7):

a sondagem deve ser realizada em papel sem pauta, com palavras que variam na quantidade de letras e sílabas, ditadas normalmente, sem escansão, iniciando-se pelas polissílabas e finalizando com as monossílabas.

Assim como em outras práticas de escrita escolar, a avaliação deve ocorrer em um contexto comunicativo significativo para os alunos, podendo envolver a elaboração de uma lista de animais que podem ser vistos em uma visita ao zoológico ou dos tipos de frutas necessárias para preparar uma receita. Nesse sentido, as palavras utilizadas devem pertencer a uma categoria semântica semelhante (como brinquedos, objetos de sala de aula ou itens alimentares), promovendo o significado social da língua na prática de ensino e aprendizagem (SMESP, 2018).

Em todos os níveis de escrita, e especialmente no início da alfabetização, avaliações com fins classificatórios ou que sirvam apenas como dispositivos de verificação não contribuem para o processo de ensino e aprendizagem.

Nesse contexto, à medida que se busca a aprendizagem dos alunos, a avaliação assume um papel crucial. De acordo com Hoffmann,

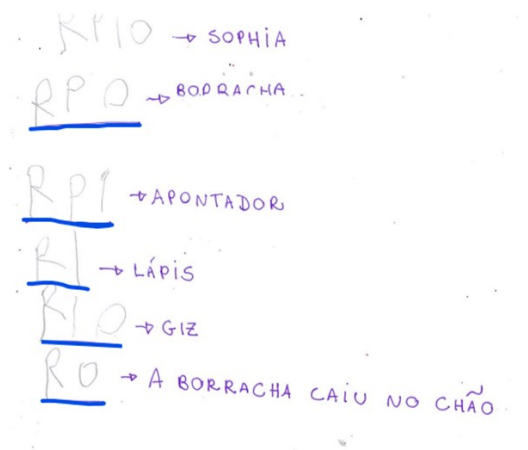
O processo avaliativo, em sua perspectiva mediadora, destina-se, assim a acompanhar, entender favorecer contínua progressão do aluno em termo dessas etapas: mobilização, experiência educativa e expressão do conhecimento, alargando o ciclo que se configura a seguir, no sentido de favorecer a abertura do aluno a novas possibilidades (2001, p.81).

Para garantir a integridade dos resultados das sondagens diagnósticas, a interferência do adulto deve ser descartada. Neste contexto, a mediação inadequada refere-se à obstrução ou limi-

tação que um adulto pode exercer sobre a capacidade da criança de tomar decisões e fazer escolhas em seu processo de aprendizagem, o que pode resultar em uma modificação inadequada da sua escrita genuína.

Pelo contrário, a intervenção pedagógica de qualidade, frequentemente destacada na literatura educacional, deve ser entendida como uma ação intencional por parte do professor. Trata-se de um momento em que se busca promover o aprendizado, oferecendo suporte, seja por meio de orientações orais ou escritas, estratégias de leitura ou até mesmo tempo adicional para a realização de atividades práticas (Máximo e Marinho, 2021). A educação, desse modo, deve ser uma experiência afetiva, lúdica e estimulante. Intervenções bem planejadas não substituem as escolhas da criança; ao contrário, elas as potencializam, promovendo autonomia e desenvolvimento.

A seguir, serão analisadas três sondagens realizadas com a mesma criança, de 5 anos de idade, que evidenciam os impactos da interferência do adulto e do uso de recursos visuais na folha de sondagem, bem como as dificuldades decorrentes na interpretação de sua hipótese de escrita. As aplicações ocorreram em intervalos de 15 dias entre a primeira e a segunda sondagem, e de 7 dias entre a segunda e a terceira. As atividades foram realizadas em uma sala de estar, ambiente familiar à criança, silencioso e livre de estímulos visuais externos. O estudo respeitou os princípios éticos da pesquisa educacional, assegurando o anonimato da participante e o uso exclusivo dos dados para fins acadêmicos.



A sondagem acima seguiu as orientações do Documento Orientador de para Sondagem de Língua Portuguesa, destinado ao Ciclo de Alfabetização dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (SMESP, 2018). Ao ser analisada, destaca-se que a criança possui um repertório limitado em relação às letras que utiliza. Ainda assim, ela compreende que a escrita de palavras é representada por letras, ou seja, por sinais convencionais com essa finalidade.

As letras R, P, I e O são frequentemente utilizadas, sendo que algumas delas aparecem em seu próprio nome (O, P e I).

A leitura apresentada pela criança é predominantemente global, uma vez que ela ainda não compreende as partes silábicas que compõem as palavras. A consciência de que a fala mantém uma relação gráfica com a escrita ainda não se encontra consolidada. Isso fica evidente no

registro em que, ao escrever a frase “A borracha que estava no chão caiu”, a criança utilizou apenas duas letras, e para a palavra “apontador”, apenas três.

É importante destacar que, ao iniciar a sondagem com uma palavra polissílaba, a menina escreveu “apontador” e, ao notar um espaço entre seu nome e essa palavra, acrescentou “borracha” acima dela. Em seguida, complementou a lista de acordo com as palavras ditadas na sequência.

Ao aplicar a segunda sondagem com a mesma criança, quinze dias após a primeira, foram constatadas novas observações relevantes. Ao contrário da primeira, esta não seguiu as instruções do Documento Orientador de Sondagens (SMESP, 2018); além de haver recursos visuais excessivos na folha, que deveria ser em branco; ao aplicar, cada palavra foi ditada com escanção, evidenciando suas partes sonoras.

MERH

NOME: \_\_\_\_\_  
DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**SONDAGEM DIAGNÓSTICA**  
**LISTA DE MATERIAIS**

1) RE APONTADOR \_\_\_\_\_  
2) RPE BORRACHA \_\_\_\_\_  
3) ORPI LÁPIS \_\_\_\_\_  
4) ORPI GIZ \_\_\_\_\_

FRASE: RPO A BORRACHA CAIU NO CHÃO \_\_\_\_\_

HIPÓTESE: \_\_\_\_\_

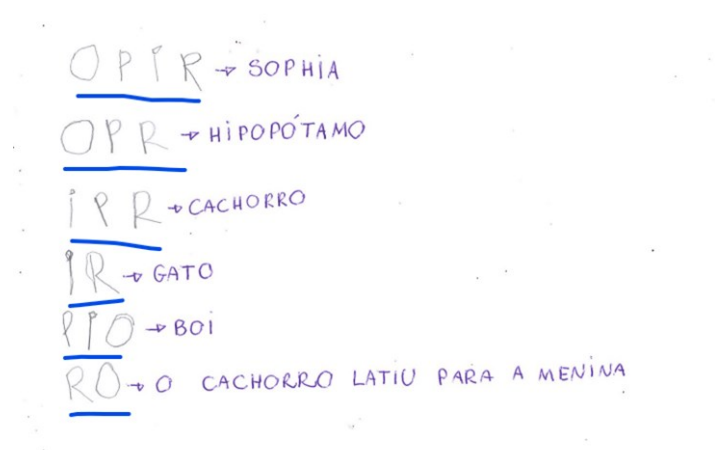
Em seu resultado final, observou-se um aumento no número de letras que a criança utilizou. No entanto, muitas dessas letras foram copiadas de palavras presentes na folha. Por exemplo, as letras M, E e H foram utilizadas, embora estivessem ausentes na última sondagem. É possível que tenham sido extraídas das palavras “sondagem”, “diagnóstica”, “materiais” e/ou “hipótese”. Esse fato é notável, pois indica que a reflexão da criança, estimulada por elementos visuais, compromete a análise de sua escrita como uma representação genuína de seu conhecimento alfabético e fonológico.

Além disso, durante o ditado, a criança, anteriormente classificada como pré-silábica, passou a ler o que havia escrito, evidenciando as partes sonoras de duas palavras “borracha” e “lápiz”. Nas demais, realizou leituras globais. É notável que essa interpretação tenha sido incentivada pelas repetições silábicas feitas pelo adulto. Esse comportamento demonstra como a interferência na condução da sondagem diagnóstica pode induzir a criança a reproduzir oralmente o

que ouviu, sem expressar sua própria hipótese de escrita.

Observa-se também a presença do número “1” espelhado, impresso na folha como referência para organizar a lista. Esse registro indica que a criança apenas tentou reproduzir graficamente o que viu. Tal ocorrência reforça que a influência visual interfere na autenticidade de sua escrita.

Por sua vez, embora o repertório de letras pareça ter aumentado, a aplicação da terceira sondagem, 7 dias após a aplicação da segunda, revelou que esse avanço era aparente, uma vez que a criança apenas copiou elementos visuais da folha, mascarando sua real hipótese de escrita. Nessa última produção, é possível constatar que sua hipótese permanece na pré-silábica, como na primeira, retornando ao uso das letras mais recorrentes em seu repertório.



Além disso, seguiu-se, assim como na primeira, os parâmetros do Orientador de Sondagens (SÃO PAULO, 2018):

Ao ditar, evitar a escansão - a pronúncia destacando as sílabas separadamente. Diga as palavras normalmente. Após a lista de palavras, ditar uma frase que envolva pelo menos uma delas, para verificar se a escrita permanece estável. Solicitar que os alunos, imediatamente, após a escrita de cada palavra, leiam o que escreveram, para verificar a relação que estabelecem entre a escrita e a leitura (procedimento importante à confirmação da hipótese) (2018, p. 6).

Foi constatado que a criança ainda não tinha compreensão das partes sonoras que compõem as palavras, as sílabas, e que seu repertório das letras continuava restrito.

Nesse contexto, é evidente que a atuação dos adultos têm um impacto direto nos resultados das avaliações diagnósticas. É preciso ressaltar que uma avaliação mal conduzida pode levar a interpretações equivocadas, resultando, conseqüentemente, na aplicação de métodos pedagógicos inadequados para a fase de escrita em que a criança se encontra.

Dessa forma, é fundamental que o professor assuma a responsabilidade por sua prática educacional, buscando constantemente atualização e cultivando um pensamento crítico. Como enfatiza Weisz (2000), o docente não deve apenas estar ciente dos pensamentos da criança durante o processo de escrita, mas também saber como agir de maneira intencional e consciente em re-

lação a isso. Portanto, o educador, como um profissional mediador do processo de aprendizagem e comprometido com sua prática, deve estar consciente dos impactos que suas avaliações e escolhas podem ter no desenvolvimento do processo de escrita dos alunos e do processo de aprendizagem como um todo.

Como resultado, a análise comparativa das avaliações reforça que a interferência demasiada dos adultos e de recursos visuais na sondagem diagnóstica pode comprometer a fidedignidade do diagnóstico da hipótese de escrita. Equívocos como esse, impactam em todo processo de ensino e aprendizagem do SEA, pois, a metodologia adotada pelo professor também será equivocada, por não compreender, de fato, qual é a hipótese de escrita da criança. É crucial, portanto, enfatizar como uma abordagem inadequada na avaliação pode impactar, inclusive, no planejamento do professor e nas intervenções pedagógicas futuras.

Em consonância com essa perspectiva, como observa Weisz (2000), o professor deve ser sensível e deliberado ao decidir o momento certo para intervir e quando simplesmente observar, de modo que sua prática contribua efetivamente para uma aprendizagem significativa, respeitando os direitos das crianças de se expressarem por meio da escrita, especialmente quando o objetivo é obter um diagnóstico de sua hipótese de escrita.

Nesse cenário, a alfabetização inicial, a partir de mediações inadequadas do docente, corre o risco de se transformar em um processo mecânico, pautado na reprodução, e não na construção do conhecimento.

## Considerações finais

A presente pesquisa teve como objetivo analisar de que maneira a interferência do adulto na sondagem diagnóstica pode comprometer a identificação da hipótese de escrita da criança, afetando, conseqüentemente, o direito de autoria e a autenticidade de sua produção. As análises realizadas evidenciaram que, quando a sondagem é conduzida de forma inadequada, seja pela presença de interferências verbais, silabação indevida ou pelo uso excessivo de recursos visuais, o processo deixa de cumprir sua função diagnóstica e passa a reproduzir apenas aquilo que o adulto espera ver. Essa prática distorce o resultado, mascara o real nível de desenvolvimento da criança e compromete a validade pedagógica da avaliação.

Os dados obtidos confirmaram que a ação indevida do aplicador gera um falso avanço nas produções escritas, revelando não a aprendizagem da criança, mas o reflexo da condução do professor. Em contrapartida, quando a sondagem foi aplicada com neutralidade e respeito ao tempo da criança, emergiu com clareza a hipótese pré-silábica, permitindo compreender de forma genuína sua relação com o sistema de escrita. Esse contraste evidencia um problema recorrente nas escolas: a confusão entre intervir e interferir, em que o desejo de “ajudar” o aluno acaba, na verdade, silenciando sua autoria.

Com base nas contribuições de Ferreiro, Teberosky, Weisz e Soares, reafirma-se que a sondagem diagnóstica é um instrumento formativo e investigativo, que exige escuta, observação e

análise criteriosa. O valor da sondagem reside na autenticidade da escrita e não em sua aproximação com a norma convencional. Quando o professor antecipa respostas, dita sílabas ou oferece pistas visuais, ele rompe o princípio ético do diagnóstico e inviabiliza a leitura pedagógica dos avanços reais do estudante.

Nesse cenário, é urgente repensar as práticas avaliativas no ciclo de alfabetização. A sondagem não pode ser tratada como um simples procedimento burocrático, mas como uma oportunidade de conhecer profundamente o pensamento da criança sobre a escrita. Cabe ao docente assumir uma postura investigativa, crítica e responsável, compreendendo que seu papel não é conduzir o raciocínio do aluno, mas interpretar suas manifestações e planejar intervenções adequadas.

Por fim, este estudo reforça a necessidade de ampliar as discussões sobre a formação docente e o uso ético e pedagógico das avaliações diagnósticas. Recomenda-se que novas pesquisas investiguem diferentes hipóteses de escrita em contextos variados, com e sem apoio adulto, a fim de fortalecer o compromisso com uma alfabetização que respeite a autonomia, a autoria e o direito de escrita da criança, que são pilares essenciais para uma prática educativa verdadeiramente significativa. Persistir em práticas avaliativas distorcidas é perpetuar uma alfabetização que mede, mas não compreende. Enquanto a escola insistir em conduzir a escrita da criança, continuará negando-lhe o direito mais básico da alfabetização: o de pensar com as próprias letras.

## Referências

- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: **Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>
- BRASIL. Plano Nacional de Educação: PNE 2014–2024: **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>
- COLELLO, Shirley de Souza Gomes. **Alfabetização em questão**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- FERREIRO, Emilia. **Com todas as letras**. São Paulo: Cortez, 2017.
- FERREIRO, Emilia. **Reflexões sobre alfabetização**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2017.
- FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 9. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.
- MÁXIMO, Valci; MARINHO, Rosemary Alves Cardozo. Intervenção pedagógica no processo de ensino e aprendizagem. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 1, p. 8208–8218, 2021.
- SALLES, Jerusa Fumagalli de; MINERVINO, Carla Alexandra da Silva Moita; KOLTERMANN, Gabriella. Avaliação e monitoramento da leitura e da escrita em crianças. In: **Relatório Nacional**

**de Alfabetização Baseada em Evidências (RENABE).** Brasília, DF: MEC, 2021. p. 242–261.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Orientador para sondagem de Língua Portuguesa** (Ciclo de Alfabetização – Ensino Fundamental). São Paulo: SME/COPED, 2018. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/>

SOARES, Magda. **Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever.** São Paulo: Contexto, 2022.

WEISZ, Telma. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem.** São Paulo: Ática, 2000.